

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 29, DE 11 DE AGOSTO DE 2021 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre a criação do Curso de Pós-Graduação **lato sensu** em Planejamento e Gestão Estratégica em Segurança Territorial (PLANTE).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 11 de agosto de 2021, via web conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Curso de Pós-Graduação **lato sensu** em Planejamento e Gestão Estratégica em Segurança Territorial (PLANTE), conforme Projeto anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.001924/2021-23.

EDUARDO JOSÉ CEZARI
Pró-Reitor de Graduação, no Exercício da Reitoria



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PROJETO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA EM SEGURANÇA TERRITORIAL (PLANTE).

Anexo da Resolução nº 29/2021 - Consepe

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 11 de agosto de 2021.

Palmas/TO,
2021



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
DIRETORIA DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS
OPTE - OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS TERRITORIAIS E EDUCACIONAIS

PROPOSTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM

**PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA EM SEGURANÇA TERRITORIAL
(PLANTE)**



Parceria:



Porto Nacional, julho de 2021



Comandante Geral

Cel. Júlio Manoel da Silva
Neto

Chefe do Estado Maior

Cel. Wesley Borges Costa

**Diretora de Ensino, Instrução e
Pesquisa**

Cel. Wélere Gomes Barbosa



Reitor

Dr. Luís Eduardo Bovolato

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-
Graduação**

Dr. Rafael Pimenta

Diretora de Pós-Graduação

Dra. Karileila dos Santos
Andrade



Coordenador

Dr. Adão Francisco de Oliveira

Vice-Coordenadora

Drnda. Ordália da Silva Dias Guilherme



Diretora da DTE

Dra. Suzana Gilioli da Costa Nunes

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	8
2.1 Missão e Objetivos Estratégicos e Institucionais.....	11
2.2 Missão da UFT	11
2.3 Visão da UFT	12
2.4 Valores da UFT	12
2.5 Grandes Pilares Estratégicos.....	12
2.6 Descrição dos objetivos, metas, ações estratégicas e cronograma de desenvolvimento	13
2.7 Área de atuação acadêmica	14
2.7.1 Identidade, Cultura e Territorialidade	14
2.7.2 Agropecuária e meio ambiente	14
2.7.3 Biodiversidade e Mudanças Climáticas	14
2.7.4 Educação.....	15
2.7.5 Fontes de Energia Renováveis	15
2.8 Estrutura Organizacional.....	16
3. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL	17
3.1 Caracterização Econômica e Financeira da Região	17
3.2 Caracterização Educacional da Região	19
4. O CURSO.....	20
4.1 Nome do Curso:	20
4.2 Proponentes:	20
4.3 Público:	20
4.4 Quantidade de vagas:	20
4.5 Forma de Ingresso:	20
4.6 Quadro de professores*:	20
4.7 Objetivos do Curso.....	21
4.7.1 Objetivo Geral	21
4.7.2 Objetivos Específicos.....	21
5. LINHAS DE PESQUISA.....	22
6. MATRIZ CURRICULAR	22
7. METODOLOGIA DO CURSO	24

7.1 Duração do Curso	25
8. EMENTÁRIO.....	25
8.1. ESTADO E RELAÇÕES DE PODER.....	25
8.2. CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E DESIGUALDADES.....	26
8.3. POLÍTICAS SOCIAIS.....	27
8.4. METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR.....	28
8.5. DINÂMICA SOCIAL: QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA/COR.....	29
8.6. PLANEJAMENTO, SEGURANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO .	30
8.7. SEGURANÇA DOS TERRITÓRIOS	30
8.8. CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DA SEGURANÇA	31
8.9. MÉTODOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE DE INFORMAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO	32
8.10. OFICINA DE PLANEJAMENTO PARA ÁREAS URBANAS.....	32
8.11. OFICINA DE PLANEJAMENTO PARA ÁREAS RURAIS	33
8.12. OFICINA DE PLANEJAMENTO PARA A QUESTÃO AMBIENTAL.....	34
8.13. OFICINA DE PLANEJAMENTO PARA ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS	34
8.14. OFICINA DE PLANEJAMENTO PARA ÁREAS PERIURBANAS	35
9. VINCULAÇÃO ACADÊMICA.....	36
10. COORDENAÇÃO DO CURSO	36
11. ORÇAMENTO	37
12. BIBLIOGRAFIA	38

1. APRESENTAÇÃO

A partir de um contexto de crescente urbanização e globalização, em que as condições econômicas, sociais e ecológicas tornam-se interdependentes, é evidente a presença e a necessidade de planejadores em diversas esferas de atuação. Essa necessidade está representada pela coordenação de ações obtida a partir de uma abordagem mais integrada e de uma estratégia que reconheça as inter-relações e seus efeitos numa perspectiva de longo prazo (AESOP, 2010).

Outra razão para o aumento do interesse no planejamento reside na necessária mediação e regulação das ações sobre o território. As últimas décadas mostraram que o mercado muitas vezes não pode oferecer soluções eficazes para as diferentes necessidades de infraestrutura e outros serviços comuns. As deficiências do mercado também se refletem nas demandas para o planejamento, que visa estabelecer um quadro mais estável para a tomada de decisão relativa ao desenvolvimento local, urbano, rural e regional (AESOP, 2010).

Em alguns países, essa resposta tem sido dada pela oferta de cursos nas áreas de planejamento em nível de graduação, mestrado e doutorado. Na Europa, por meio do Tratado de Bolonha, adotou-se a formação em ciclos de bacharelado e pós-graduação de 3, 4 e 5 anos. A *Association of European Schools of Planning* – AESOP (Associação das Escolas Europeias de Planejamento), tem acompanhado essa evolução e em 2010 publicou um relatório que avalia a trajetória dos cursos relacionados com a área de planejamento urbano e regional. Segundo o estudo, a aceitação na Europa das mudanças de ciclos (Bolonha) e da separação do planejamento de outras formações tradicionais tem encorajado as universidades e instituições nacionais a se adequarem a essas tendências (GEPPERT & COTTELA, 2010). O sistema de credenciamento e reconhecimento da formação em nível de graduação em *planning* (planejamento) está condicionado aos Estados membros da União Europeia - UE.

Nos EUA e no Canadá existem ofertas de cursos relacionados com *urban, regional, environmental planning* (planejamento urbano, regional e do desenvolvimento). Nos EUA existe uma organização de credenciamento das escolas em nível de graduação e pós-graduação, denominada *Planning Accreditation Board* (Planejamento de Credenciamento). Em diversos países tais como Austrália, Índia, México, África do Sul entre outros, existem cursos de graduação com essas

características.

No Brasil existem poucos cursos de graduação com foco no planejamento e na gestão do território e a sua implantação é algo recente na Educação Superior do país. Contudo, em nível de pós-graduação já há uma tradição consolidada, o que nos serve de modelo, referência e balizamento para ajustes e circunstancialização. Cabe ressaltar que há uma pequena incidência dessa formação em regiões do país em que prevalecem o agronegócio, a sociobiodiversidade e as comunidades tradicionais, as cidades incipientes e um profundo quadro de desigualdades socioterritoriais, como é o caso do Tocantins. Via de regra, se correlacionam com os interesses e finalidades do Planejamento e Gestão Territorial as seguintes áreas de formação e habilitação profissional: Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Engenharias, Economia, Administração, Sociologia e Políticas Públicas.

Das várias áreas de atuação profissional que demandam o Planejamento Territorial como condição fundamental para a atuação, notadamente no serviço público, as forças policiais se destacam. Dentre estas, pela condição de atuação ostensiva e pela necessidade de manutenção da ordem nos estados federados brasileiros, que congregam muitos municípios de diversas escalas, a Polícia Militar necessita atuar com base no Planejamento Territorial. Este assume dimensões e recortes distintos na organização das ações policiais, sendo denominado de *Planejamento Estratégico*; *Planejamento Tático*; *Planejamento Operacional*; *Planejamento para o Desenvolvimento das Funções Institucionais* (CELLA E SANTOS, 2014).

2. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Mesmo criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins. Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação,

Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pro tempore da UFT.

Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da

Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor pro tempore o professor Dr. Sérgio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria nº 002, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou a minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (Unitins), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa comissão ainda preparou e coordenou a realização da

consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

Com uma estrutura multicampi a UFT se encontra de norte a sul do Estado e conta com sete câmpus, implantados nas cidades de: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Nesse período de 17 anos de existência, houve uma expressiva ampliação na área construída da Universidade, de 41.069,60m², em 2003, para mais de 146.000 m² em 2015. Em número de alunos passamos de 7.283 em 2003, para mais de 20.000 alunos em 2015.

A UFT é a mais importante instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Atualmente, a

Universidade oferece 64 cursos de graduação presenciais nos sete câmpus. Na modalidade a distância, são mais 05 cursos de graduação; além de 34 cursos de mestrado e 07 cursos de doutorados, reconhecidos pela Capes, e ainda vários cursos de especialização lato sensu presenciais, atendendo o total de 16.481 alunos.

2.1 Missão e Objetivos Estratégicos e Institucionais

A Universidade Federal do Tocantins vem se estruturando para fortalecer suas áreas de planejamento e gestão, de modo a criar uma cultura administrativa que se aproveite das oportunidades e minimize as ameaças do ambiente externo.

A Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (Proap) conduziu no ano de 2014, os trabalhos para a elaboração do Planejamento Estratégico da Universidade para o período de 2014 a 2022, através de reuniões na sede da Reitoria, na cidade de Palmas, onde houve a participação ampla dos diferentes setores da Universidade. O trabalho resultou em um documento institucional que descreve todo o processo metodológico e resultados alcançados; estes, considerando as dez dimensões avaliadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A partir destes resultados foi construída a estratégia de elaboração do PDI para o período de 2016 a 2020, descrito mais adiante.

Neste Planejamento Estratégico foram redefinidos para os próximos nove anos (2014 a 2022), a missão, visão e valores da UFT, que representam sua identidade institucional com o objetivo de promover a convergência de esforços humanos, materiais e financeiros, regendo e inspirando a conduta e os rumos da Instituição com vistas ao cumprimento do seu PDI. Pois, esta tríade (missão, visão e valores), serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões dos membros da comunidade acadêmica, no exercício das suas responsabilidades, ao buscar o cumprimento da missão, na direção da visão Institucional. Na Figura 01, pode ser observado o mapa estratégico da UFT.

2.2 Missão da UFT

Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal.

2.3 Visão da UFT

Ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão.

2.4 Valores da UFT

Para a promoção da missão a UFT declara e promove os seguintes valores:

- Respeito à vida e à diversidade;
- Transparência;
- Comprometimento com a qualidade;
- Criatividade e inovação; • Responsabilidade social; • Equidade.

2.5 Grandes Pilares Estratégicos

- Atuação sistêmica;
- Articulação com a sociedade;
- Aprimoramento da gestão;
- Valorização humana.



Figura 1: mapa estratégico da Universidade Federal do Tocantins. Fonte: PDI.

2.6 Descrição dos objetivos, metas, ações estratégicas e cronograma de desenvolvimento

Os resultados alcançados no Planejamento Estratégico serviram de base na elaboração do PDI, período 2016 a 2020. Para isso foi confeccionada uma matriz (Figura 02) que serviu como base o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que contempla os cinco eixos do Sinaes. Sendo estes:

Eixo Nº 01 – Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão Sinaes 8 – Planejamento e Avaliação);

Eixo Nº 02 – Desenvolvimento Institucional (dimensões Sinaes 1 – Missão e Plano de

Desenvolvimento Institucional e 3 - Responsabilidade Social da Instituição);

Eixo Nº 03 – Políticas Acadêmicas (dimensões Sinaes 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, 4 – Comunicação com a sociedade e 9 – Políticas de Atendimento aos Discentes);

Eixo Nº 04 – Políticas de Gestão (dimensões Sinaes 5 – Política de Pessoal, 6 – Organização e Gestão da Instituição e 10 – Sustentabilidade;

Eixo Nº 05 – Infraestrutura Física (dimensão Sinaes 7 - Infraestrutura Física). Após a definição dos eixos estratégicos, tornou-se imprescindível um processo de monitoramento e avaliação deve ser posto em prática para assegurar que a organização gerencie a estratégia continuamente. O monitoramento proporcionará a informação necessária para avaliar o desempenho da Instituição, permitindo realizar ajustes ao longo de sua execução. Tanto o monitoramento quanto a avaliação são funções de gestão indispensáveis que ajudam a fortalecer o planejamento das instituições e a melhorar a efetividade das ações e intervenções.

A partir de então, a Matriz-PDI será monitorada por meio dos indicadores das ações e avaliada anualmente, para verificação, execução, revisão/readequação das ações com base no rol de recomendações oriundas dos mecanismos de Avaliação Institucional.

Como parte do processo de monitoramento também será realizada o gerenciamento de riscos diante dos objetivos traçados. O risco refere-se à incerteza que cerca eventos e resultados futuros. E a expressão da probabilidade e do impacto

de um evento que tem potencial para influenciar a consecução dos objetivos de uma Organização.

2.7 Área de atuação acadêmica

O investimento em ensino, pesquisa e extensão na UFT busca sintonia com as especificidades da Amazônia Legal, demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade. Foram elencadas, assim, cinco áreas prioritárias de atuação:

2.7.1 Identidade, Cultura e Territorialidade

As diversas formas de territorialidade no Tocantins são pesquisadas na UFT. Por meio de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, as ocupações dos espaços por diversos grupos e formas de organização sociais, com destaque aos indígenas, camponeses e afrodescendentes, vêm sendo conhecidas. Revelam múltiplas identidades e diversas manifestações culturais presentes na realidade do Estado.

2.7.2 Agropecuária e meio ambiente

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investidores de várias regiões do Brasil – a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, buscassem uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

2.7.3 Biodiversidade e Mudanças Climáticas

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Florestas Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

2.7.4 Educação

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea, que agrupa tribos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade do Estado, oferecendo uma educação participativa e inclusiva. Dessa forma a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

2.7.5 Fontes de Energia Renováveis

Diante da perspectiva de escassez das reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energia alternativa socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio – e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender as demandas da Amazônia Legal.

Para atendimento das áreas citadas anteriormente a UFT oferece cursos de graduação e pós graduação nos seus sete câmpus (Figura 03).



Figura 03: Distribuição geográfica da UFT. Fonte: PROGRAD, 2015

2.8 Estrutura Organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por: Assembleia Universitária: constituída pelos membros dos corpos docente, discente e técnico-administrativo.

Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de câmpus e representante de alunos, professores e técnico administrativos; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 16/2015. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e técnico-administrativos; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSUNI 16/2015.

Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Procuradoria Jurídica, Assessorias Especiais, Diretorias, Prefeitura Universitária, Copese, Hospitais Universitários, Institutos, Fundação de Pesquisa e Editora Universitária. Conselho de Desenvolvimento: órgão consultivo da Universidade, que tem por finalidade estabelecer uma relação de parceria com a sociedade e promover o desenvolvimento da UFT e do Estado do Tocantins. Formado pelo Reitor; por um representante do setor industrial do Estado do Tocantins; por um representante do setor de comércio e serviços; por um representante agropecuário do Estado; por um representante das pequenas e microempresas; por um representante da imprensa; por um representante do Governo do Estado; por um representante do Legislativo do Tocantins; por um representante do Sindicato dos Trabalhadores; por um representante do fórum dos movimentos sociais; por um representante dos discentes; por um representante dos docentes e por um representante dos técnico-administrativos.

Conselho Diretor: é o órgão dos câmpus com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa. De acordo com a Resolução CONSUNI 16/2015, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do câmpus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por 15% de discentes; por 15% dos servidores técnico-administrativos.

Diretor de Câmpus: docente eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no art. 26 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada câmpus.

Considerando a estrutura multicâmpus, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de câmpus universitários.

3. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

A UFT está distribuída em sete cidades do Estado do Tocantins abrangendo geograficamente todos os pontos cardinais do Estado. O Tocantins é o mais novo estado da federação Brasileira, foi criado com a promulgação da Constituição Brasileira, em 5 de outubro de 1988, e ocupa área de 278.420,7 km². Está situado no sudoeste da região norte do País, limitando-se ao norte com o Estado do Maranhão; a leste com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul com o Estado de Goiás; e a oeste com os Estados de Mato Grosso e Pará. Embora pertença formalmente à região norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

A população do Estado de Tocantins é de aproximadamente 1.572.866 habitantes, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km², possuindo ainda uma imensa área não antropizada.

Existe, no Tocantins, uma população estimada de 11.922 indígenas, distribuídos entre oito etnias (Sesai).

O Tocantins ocupa a 14^a posição no ranking brasileiro em relação ao IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), e terceiro em relação à região Norte, com um valor de 0,699 (PNUD, 2013).

3.1 Caracterização Econômica e Financeira da Região

As principais atividades econômicas do Estado de Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz (108.740 ha), milho (121.113 ha), soja (719.356 ha), mandioca (11.827 ha) e cana-de-açúcar (35.957 ha).

A pecuária também é significativa, com 8.062.227 bovinos, 273.703 mil suínos, 264.995 mil equinos e 129.263 mil ovinos (IBGE, 2014).

Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, de móveis e madeiras, a construção civil. O Estado possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita, fosfato e ouro.

Serviços registrou crescimento em volume de 0,7% em 2017 e teve participação de 71,8% no valor adicionado do Estado do Tocantins. Todas as atividades de Serviços tiveram variação positiva, com exceção de Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, que caiu 2,5%; devido à redução na saúde pública. A administração pública contribuiu também para a perda de participação do total dos serviços na economia tocantinense, já que o peso da atividade reduziu de 31,7% para 29,6%; entre 2016 e 2017 (SEFAZ, 2019).

O total das atividades industriais apresentou decréscimo em volume de 4,0% na comparação ao ano anterior, resultante da queda em suas principais atividades. Indústrias de transformação, apesar do ganho em valor relativo, teve queda em volume de 6,2% ocasionada principalmente pelas atividades de preparação de couros, fabricação de álcool e fabricação de minerais não metálicos. Construção também apresentou queda em volume (-5,5%), distribuída entre todos os segmentos da atividade, sobretudo na construção de edifícios. Em Eletricidade, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, a retração em volume (2,7%) foi ocasionada pela redução da quantidade de energia gerada pelas principais hidrelétricas do estado (SEFAZ, 2019).

O PIB do Tocantins de 2017 alcançou o valor de R\$ 34,10 bilhões e teve crescimento em volume de 3,1%, em relação ao ano anterior. Em valores correntes, o resultado alcançado em 2017 representou um incremento de R\$ 2,5 bilhões à economia tocantinense em relação a 2016, em que o PIB foi R\$ 31,6 bilhões. O estado manteve participação de 0,5% no PIB nacional e 24ª posição entre os entes federativos. O PIB per capita de 2017, por sua vez, foi R\$ 21.998,34, contra R\$ 20.605,59 em 2016. Esses números foram divulgados nesta quinta, 14, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2017).

A Agropecuária obteve a maior variação em volume entre os três grupos de atividades, 26,7%. O resultado foi decorrente do desempenho do cultivo de soja, na Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita; da criação de bovinos, na Pecuária, inclusive apoio à pecuária; e da silvicultura de lenha em Produção florestal,

pesca e aquicultura. Devido ao crescimento em volume dessas três atividades a participação da Agropecuária na economia de Tocantins elevou-se, de 12,7% para 13,5% (SEFAZ - TO).

3.2 Caracterização Educacional da Região

Segundo dados do Censo Escolar da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (SEDUC, 2019), no Estado do Tocantins existem 512 escolas estaduais; 11 escolas federais; 949 escolas municipais; 174 escolas privadas, totalizando 1.655 escolas que atendem 402.681 alunos.

O índice de analfabetismo de 10 a 14 anos era de 1,9 %, e de 15 ou mais, de 12,2% (IBGE, 2011). O estado ocupa a 13ª posição no Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), que analisa a qualidade das oportunidades educacionais nos estados brasileiros, com uma média de 4,3, ficando apenas dois décimos abaixo da média nacional avaliada em 4,5.

Em relação ao aprendizado adequado dos alunos, o Tocantins ocupa a segunda posição da região norte, com uma média de 27% de aprendizagem em português, na competência de leitura e 18,5% de aprendizagem em matemática, na competência de resolução de problemas. O índice nacional é de 31,5% e 23%, para português e matemática, respectivamente.

O Estado conta com 26 instituições de ensino superior, sendo que destas apenas três são públicas, UFT, UNIRG e Unitins, e 47 mil estudantes matriculados no ensino superior, registrados em 2013. A evasão anual dos cursos presenciais no estado chegou a 26,8% na rede privada e 13,5% na pública. Já os cursos a distância (EAD), apresentaram uma taxa de evasão de 26,5% na rede privada e 10,6% na pública. (SEMESP, 2015).

Em 2013, o Estado do Tocantins foi responsável pela formação de 16 mil estudantes universitários, sendo 5,6 mil em cursos presenciais e 10,6 mil em cursos EAD. No mesmo ano, o Estado registrou 55 mil empregados com carteira assinada, de ensino superior completo. (SEMESP, 2015).

Assim, o projeto tem como meta atender a uma demanda identificada da Polícia Militar do Estado do Tocantins, através de sua Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa.

4. O CURSO

4.1 Nome do Curso:

Planejamento e Gestão Estratégica em Segurança Territorial (PLANTE)

4.2 Proponentes:

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Diretoria de Tecnologias Educacionais – DTE

Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais - OPTE

4.3 Público:

Profissionais que atuam na Polícia Militar do Tocantins

4.4 Quantidade de vagas:

O curso contará com 40 (quarenta) vagas.

4.5 Forma de Ingresso:

O ingresso no curso dar-se-á mediante análise curricular, a partir das inscrições de estudantes que estejam certificados em algum curso de Ensino Superior.

4.6 Quadro de professores*:

Instituição	Professor	Vinculação
UFT	Dr. Adão Francisco de Oliveira	PPGG
	Dr. Idemar Vizolli	PPGE
	Dra. Susane Gilioli	PPGDR
	Dr. Rodolfo Alves da Luz	PPGDR
	Dr. Atamis Antônio Foschiera	PPGG
	Dr. Marcelo Brice Assis Noronha	Curso de Ciências Sociais
	Dr. Ariel Elias do Nascimento	Curso de História
	Dr. Sandro Sidnei Vargas de Cristo	PPGG
	Dra. Aline Sueli de Salles Santos	PPGPSJ

IFG	Drnda. Daisy Luzia do N. S. Caetano	
UFG	Dr. Eguimar Felício Chaveiro	IESA/PPGeo
SECIJU-TO	Ms. Rogério Castro Ferreira	
PM-TO	Ms. Francinaldo Machado Bó	CQG
PM-TO	Drndo. Leonardo Andrade	

* Sujeito a alteração.

4.7 Objetivos do Curso

4.7.1 Objetivo Geral

Formar em nível de pós-graduação *lato sensu*, policiais militares capazes de atuarem em análises, perspectivas, proposições e gerenciamento de ações com repercussão nos territórios em diferentes escalas, níveis e dimensões. Objetiva-se assim, contribuir para uma melhor condução de processos e ações de caráter territorial considerando a intensificação da globalização, da urbanização e das desigualdades socioterritoriais, e a complexidade no enfrentamento dos desafios sociais, econômicos, culturais e ambientais.

4.7.2 Objetivos Específicos

- i. Compreender processos socioeconômicos, ecológicos, culturais e políticos que estão presentes na estruturação e na dinâmica dos territórios.
- ii. Dominar analiticamente e propositivamente diferentes recortes territoriais, oriundos de organização político-administrativa, de regulação, de aspectos físico-naturais, de logística e aqueles oriundos de intervenções específicas, como de projetos, de instituições, de políticas setoriais ou de organização de grupos e de comunidades.
- iii. Articular conhecimentos para a análise, prospectiva, intervenção e gerenciamento em diferentes escalas, níveis e dimensões (local, urbana, municipal, estadual, regional, nacional e macro e mesorregional).
- iv. Articular e integrar conteúdos e ferramentas oriundas de áreas como: as ciências sociais, humanas e sociais aplicadas – Economia, Administração, Planejamento Urbano e Regional, Ciência Política, Ciência Policial, Demografia, Sociologia, Antropologia, Geografia e História; e as ciências exatas e naturais - Estatística, Computação, Cartografia, Geoprocessamento e Ecologia.

v. Capacitar os estudantes para atuar em diferentes modalidades de planejamento, tais como o estratégico, o participativo, o situacional, entre outros, e em processos de negociação e governança, envolvendo atores, instituições e normas.

vi. Capacitar os estudantes para atuar em equipes multidisciplinares e em problemas caracterizados por complexidade, com senso de liderança, cooperação e autonomia.

5. LINHAS DE PESQUISA

Para a finalização do curso, durante a realização do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), os alunos deverão optar por uma das três linhas de pesquisa, que terão vagas limitadas cada uma, distribuídas em igual quantidade, de acordo com o número total de alunos matriculados. As linhas de pesquisa são as seguintes:

a) Estado, Território e Planejamento Estratégico - pesquisas que foquem na ação do Estado e na formulação de políticas públicas.

b) Justiça, Direitos Humanos e Sociais e a Garantia da Ordem Pública – pesquisas voltadas para a compreensão e a conformação legislativa, bem como às questões que tangem os direitos humanos e sociais.

c) Dinâmicas Sociais e Estratégias de Ações Integrativas – pesquisas que destacam a organização social e política de grupos, comunidades e coletivos étnico-raciais, de gênero, religiosos, comerciais, suas estratégias sócio-produtivas e ideológicas.

6. MATRIZ CURRICULAR

A proposta a seguir está estruturada numa formação pós-graduada em 12 meses, compartilhando conteúdos articulados às áreas de Geografia, Ciências Sociais, Relações Internacionais, História, Ciências Econômicas e Arquitetura e Urbanismo. A estrutura curricular está organizada em eixos para a constituição da matriz da pós-graduação em PLANTE, a saber:

Fundamentos Socioterritoriais (*Reflexão crítica-propositiva*)

Objetivos: Habilitar para a compreensão de processos territoriais com base na contribuição disciplinar da Geografia, da Sociologia, da Economia, da Ecologia, do Urbanismo entre outras.

Dinâmicas Territoriais

Objetivos: Abordar áreas setoriais e de conhecimento específico que apresentem os diferentes modos e formas das relações sociais no espaço, bem como os modelos e instrumentos de sua regulação, visando à prática do planejamento territorial, com foco no Brasil e, mais especificamente, no Estado do Tocantins.

Práticas, Métodos e Técnicas

Objetivo: Desenvolver método/abordagem/prática a partir das disciplinas de fundamentação e instrumentais sobre temáticas e recortes específicos voltados para o planejamento territorial com foco na ação do policial militar. O eixo está dividido em teorias e práticas do planejamento. Nesse eixo estão concentradas as disciplinas no formato de oficinas, que irão estruturar a organização de disciplinas conforme as modalidades de: planejamento regional, rural e áreas periurbanas e interioranas, urbano e metropolitano.

O Quadro a seguir apresenta a estrutura curricular proposta organizada nos três eixos temáticos e de formação.

EIXOS	ORDEM	ÁREAS FORMATIVAS/DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
FUNDAMENTOS	1	Estado e Relações de Poder	30 horas
	2	Cidadania, Direitos Humanos e Desigualdades	30 horas
	3	Políticas Sociais	30 horas
	4	Metodologia do Ensino Superior	60 horas
DINÂMICAS TERRITORIAIS	5	Dinâmica Social: Questões de Gênero e Raça/Cor	30 horas
	6	Planejamento, Segurança Pública e Desenvolvimento	30 horas
	7	Segurança dos Territórios	30 horas
PRÁTICAS, MÉTODOS E TÉCNICAS	8	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial e da Segurança	30 horas
	9	Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento	15 horas
	10	Oficina de Planejamento para Áreas Urbanas	15 horas
	11	Oficina de Planejamento para Áreas Rurais	15 horas

	12	Oficina de Planejamento para a Questão Ambiental	15 horas
	13	Oficina de Estratégias Territoriais	15 horas
	14	Oficina de Planejamento para Áreas Periurbanas	15 horas
CARGA HORÁRIA			360 horas
TCC			60 horas
CARGA HORÁRIA TOTAL			420 horas

7. METODOLOGIA DO CURSO

Em função da pandemia do Coronavírus/Covid-19, este curso poderá se desenvolver de forma *síncrona*, com base na condição *remota*, ou seja, ele não será presencial, mas também não se enquadra na modalidade à distância – EaD. A educação EaD tem como pressuposto desenvolver-se à distância assíncrona, ou seja, que não ocorre ao mesmo tempo (FERREIRA, 2016), enquanto que a educação remota tem como pressuposto desenvolver-se de forma síncrona, que ocorre ao mesmo tempo (HONORATO; MARCELINO, 2020).

A ferramenta pela qual as aulas acontecerão será o Google Meet e os professores ministrarão a metade da carga horária por este instrumento e a outra metade se constituirá por exercícios, pesquisas e atividades. Para cumprir o conteúdo programático atingindo aos objetivos propostos, as aulas serão ministradas mediante exposições orais e, na medida do possível, mediadas por filmes e documentários que articulam as ideias em discussão.

Grupos de leituras e trabalhos serão formados para o tratamento de algumas discussões, visando à interação, à troca de ideias e informações, à solidariedade na aprendizagem e à abordagem do conteúdo de forma lúdica. Visitas poderão ser feitas à comunidade, no intuito não só de se fazer a demonstração de determinados conteúdos, como também de articular da universidade à dinâmica cotidiana das cidades, resguardadas as medidas de segurança preconizadas pelos órgãos de vigilância em saúde e de acordo com os normativos da UFT.

Realizar-se-á seminários no intuito de permitir ao discente a experiência da explicação coletiva de conteúdos, reforçando o seu preparo para a docência. Algumas aulas serão articuladas com outras disciplinas do curso, a fim de se permitir a compreensão da multiplicidade de enfoques ao ensino e à pesquisa em Geografia.

Caso até o seu início professores e policiais tenham se imunizado com a

segunda dose da vacina contra o vírus e a doença, as aulas poderão acontecer de forma presencial. Para tanto, contamos com espaços para a sua realização não apenas no campus da UFT de Palmas (salas de aula da DTE), como também no Quartel Geral da PM em Palmas (QG), que dispõe inclusive de um amplo auditório.

7.1 Duração do Curso

O Curso de Especialização será desenvolvido em 12 meses, com **PREVISÃO DE INÍCIO NO MÊS DE OUTUBRO/2021**, sendo:

- 6 meses para a realização das disciplinas;
- 2 meses para a elaboração do TCC;
- 1 mês para a realização de um seminário e as apresentações dos TCCs;
- 2 meses para a organização e formatação do livro;
- 1 mês para a finalização administrativa do curso.

As disciplinas de 30 horas, existentes num total de 8, serão ministradas em dois dias consecutivos cada (quinta-feira e sexta-feira) via Google Meet, para realizar um total de 16 horas/aula. As demais 14 horas/aula serão constituídas por exercícios, pesquisas e atividades a serem realizadas na semana seguinte à das aulas. Assim, serão 2 disciplinas ministradas em cada mês, perfazendo esse período um total de 60 horas. As disciplinas de 15 horas, existentes num total de 6, serão ministradas em 2 meses, sendo 3 por mês, cada uma realizada em 2 dias (quinta-feira e sexta-feira) via Google Meet.

O curso se integraliza com a elaboração do TCC, sendo que os alunos terão 2 meses para produzi-lo sob o acompanhamento de seus respectivos orientadores. O 9º mês do curso será dedicado à realização de um seminário e à apresentação dos trabalhos de conclusão. Os 10º e 11º meses serão para a organização e formatação do livro a ser produzido a partir dos TCCs. O 12º mês será dedicado à finalização burocrática do curso.

8. EMENTÁRIO

8.1. ESTADO E RELAÇÕES DE PODER

Estado, administração pública e segurança. Federalismo e relações intergovernamentais. Reforma do Estado e modelos de gestão pública com incidência na segurança. Teoria e prática da governança pública. Teoria democrática e

participação pública. Democracia e inovações institucionais. Atores, instituições e redes de políticas públicas. Estado, mercado e movimentos sociais: cooperação e conflitos. Espaços, esferas e escalas na governança territorial. Exemplos e casos.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, M. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/Fiocruz, 2012.

DALLABRIDA, V. R. (Eds.). **Governança territorial e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Russel. 2006.

Bibliografia Complementar:

AFFONSO, R.; SILVA, P. B. **Descentralização e políticas sociais**. São Paulo: Fundap/lesp, 1996.

AGUIRRE, B. M. B.; MORAES, M. R. **Questão Federativa no Brasil: O Estado das Artes**. São Paulo: Revista de Economia Política, janeiro, 1997.

ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan/FAPESP. 2000.

FREY, K. Governança urbana e participação pública. **RAC- eletrônica - Revista de Administração Contemporânea**, 1, 136-150, 2007.

LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (Eds.). **Burocracia e política no Brasil**. Desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PHILLIPI JR. A. et al. (Eds.). **Gestão de natureza pública e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2012 (Coleção ambiental).

SOUZA, C. Reinventando o poder local: limites e possibilidades do federalismo e da descentralização. **São Paulo em Perspectiva**, 10 (3), julho setembro, p.38-52. São Paulo: Fundação Seade, 1996.

8.2. CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E DESIGUALDADES

Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social; Segurança Pública e Direitos Humanos; A tipologia de Marshall: direitos civis, políticos e sociais; teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais; surgimento e crise dos sistemas de bem-estar social. Cidadania e Desigualdades no Brasil: O desenvolvimento da cidadania no Brasil; a questão das desigualdades no Brasil: desigualdade racial, educacional e de renda; políticas de combate à pobreza e à desigualdade.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, M. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. BIB: **Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais**, Nº 39, 1995.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n. 24, CEDEC, setembro de 1991.

GUIMARÃES, A. S. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

Bibliografia Complementar:

BARROS, R. P.; CARVALHO, M. **Desafios para a Política Social Brasileira**. Outubro 2003, Texto para discussão n. 985. Rio de Janeiro: IPEA. 2003.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**. USP, nov. 2003, pp. 63-101, 2003.

DRAIBE, S.; HENRIQUE, W. **Welfare State, crise e gestão da crise**: um balanço da literatura internacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fevereiro 1998.

MEDEIROS, M. **A Trajetória do Welfare State no Brasil**: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Texto para Discussão n. 852. Brasília: IPEA, 2001.

TAYLOR-GOOBY, P. Welfare, hierarquia e a nova direita na era Thatcher. **Lua Nova**. nº 24, setembro de 1991.

8.3. POLÍTICAS SOCIAIS

Conceituação teórica e analítica sobre as práticas de monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas e projetos sociais, dentro de uma perspectiva crítica sobre os limites e possibilidades das metodologias. As implicações entre as Políticas Sociais e as Políticas de Segurança. Implicações do monitoramento e avaliação para o desenvolvimento de políticas públicas, impacto sobre atores políticos e sociais. Conceitos: monitoramento, avaliação, formulação, ciclo de políticas públicas, impacto, eficiência-eficácia-efetividade; metodologias de monitoramento e avaliação: visão geral, focos de análise (objetivos, administração, consumidores, especialistas, participantes); marco lógico; indicadores e políticas públicas; análise custo-benefício; análise de impacto; visão geral sobre análise de impacto regulatório; atores e processos; implicações políticas da avaliação.

Bibliografia básica

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

FARIA, C. A. P. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 20, nº. 59 outubro. 2005.

MONTEIRO, J. V. **Os níveis de análise de políticas públicas**. In Saravia, E.; Ferrarezi, E. Políticas Públicas. Coletânea Volume 1. ENAP. Brasília, 2007.

Bibliografia complementar

HIRSCHMAN, A. **A retórica da intransigência**. Perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LINDBLOM, C. **O Processo de Decisão Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

MELO, M. A. **Estado, Governo e Políticas Públicas**. In: MICELI, S. (Org.). O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995): Ciência Política. São Paulo/Brasília: Sumaré/Capes. 1999.

SILVA, R. T. **Eficiência e Eficácia da Ação Governamental**: uma análise comparativa de sistemas de avaliação. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID/PEA. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Eficienciaeficacia.pdf>

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45, 2006.

8.4. METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR

Abordar uma Metodologia e Didática do Ensino Superior requer uma ampla reflexão histórica sobre a invenção da educação na idade moderna, bem como sobre sua reinvenção na sociedade contemporânea. Metodologia do Ensino Superior. O Ensino Superior e a docência. Os processos de ensino e de aprendizagem. Faz-se necessário uma análise dos elementos constituintes do discurso educacional e seus elementos derivados, tais como: O Planejamento e as possibilidades didáticas de organização de planos de ensino; Avaliação do processo ensino aprendizagem: concepções teóricas e práticas, elaboração de instrumentos avaliativos Metodologias didáticas na docência no ensino superior. Relação pedagógica na aula universitária e mediação docente.

Bibliografia Básica:

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3ª ed. Joinville: UNIVILLE, 2004.

Gil, A. C. **Metodologia do Ensino superior**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

Gil, A. C. **Didática do Ensino superior**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PIMENTA, S. G & ANASTASIOU, L. G. C. **Docência do ensino superior**. 3ª ed. São Paulo, editora Cortez: 2008.

LUCKESI, C. C. **A avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. S. Paulo: Cortez, 1996. (Caps. II, III, VIII e IX).

MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: Soares, M. S. A. et al, 2002. **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre, 2002.

TARDIF, M.. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WEBER, S. Políticas do Ensino Superior - Perspectivas para a próxima década. **Avaliação**, vol. 5, nº 1 (15), março 2000, pp. 15-18.

SHÖN, D. A Formar professores como profissionais reflexivos. In NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, pp. 77-91.

ZABALA, A. **A prática educativa**. Como ensinar. Porto alegre: Artes Médicas, 1998 (cap. 2).

Referências complementares

ANDRE, M.; OLIVEIRA, M. R N. Sales. (Org.) **Alternativas no ensino da didática**. Campinas: Papirus, 1997.

GARCIA, M. M. A.. A didática no ensino superior. Campinas: Papirus, 1994.

VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas: Papirus, 1989, pp. 15-23.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI**. S. Paulo: Cortez, 2004.

SANTOMÉ, J. T. Elaboração de unidades didáticas integradas. In: **Globalização e interdisciplinaridade**. O currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, pp. 222-265.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica no quadro das tendências críticas da educação**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991.

VEIGA, I. P. A. **Repensando a didática**. Campinas: Papirus, 1988.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

8.5. DINÂMICA SOCIAL: QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA/COR

A diversidade de gêneros e suas relações em disputa por território. Gênero e sexualidade face os direitos humanos para o desenvolvimento da cidadania e das práticas educativas e inclusivas. As questões de gênero e raça/cor face ao planejamento da Segurança Pública. A proteção e a garantia de direitos da alteridade e da infância. As relações étnico-raciais e suas impressões no território. O neoconservadorismo político e a expansão do machismo, da misoginia e do feminicídio. Racismo, preconceito e discriminação e a cartografia das diferenças étnico-raciais.

Bibliografia básica

BLAY, E. A.; AVELAR, L. **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

GONÇALVES, A. L. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HARDING, S. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista**, Estudos Feministas. vol.7, nº 1., p. 7-31, 1993.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNDP. Relatório de Desenvolvimento Humano 2011. **Sustentabilidade e equidade**: Um futuro melhor para todos. New York, 2011. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/download/pt/>

Bibliografia complementar

DEVAS, N. (Ed.). **Urban governance, voice and poverty in the developing world**. London: Earthscan, 2004.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

SATTERTHWAITE, D. The Millenium Development Goals and urban poverty reduction: great expectations and nonsense statistics. **Environment & Urbanization**, 15(2), 179-190, 2003.

SOUZA, J. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. In: **Revista Lua Nova**. São Paulo: CEDEC – USP, 2005, n. 65, mai-ago. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452005000200003&lng=en&nrm=isso

TAVOLARO, L. Teoria Social e o (re)conhecimento da raça: dilemas e reflexões. In: **Teoria & Pesquisa**: Revista de Ciência Política. São Carlos: UFSCAR, 2009, Vol. 18, No 2. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/183>.

SCHWARTZMAN, S. **Pobreza, exclusão social e modernidade**: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium Ed.; 2004.

THE WORLDWATCH INSTITUTE (Ed.). **State of the World 2007**: our urban future. New York: W.W. Norton & Company, 2007.

8.6. PLANEJAMENTO, SEGURANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO

Evolução das ações de planejamento com base nos arranjos e recortes regionais no quadro nacional e internacional. Marco conceitual, metodológico, normativo e técnico de política regional. A Segurança Pública como fundamento ao Planejamento Territorial. Histórico do planejamento regional. Metodologias e práticas em planejamento regional, escalas, métodos e técnicas e contribuições disciplinares. Marcos regulatórios aplicados às políticas regionais. Estudos de caso.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, C.A. Desenvolvimento nacional, políticas regionais e o poder de decisão segundo Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Ano 5, nº 7, Rio de Janeiro, 2010. http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109201451280.CD7_0_088_14.pdf

KON, A. (Org.). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

OLIVEIRA, F. de.; CANO, W. A criação da SUDENE. **Cadernos do Desenvolvimento**, Ano 5, nº 7, Rio de Janeiro. Seminário Outubro 2010.

LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. **Brasil século XXI por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2008.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, T. B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil – avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

BENDAVID-VAL, A. **Regional and Local Economic Analysis for Practicioners**. New. York: Praeger Publishers, 1991.

CARTWRIGHT, T. J. **Modeling the world in a spreadsheet**. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1993.

GUIMARAES, L. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: KLOSTERMAN, R. E.; BRAIL, R. K.; BOSSARD, E. G. **Spreadsheet models for urban and regional analysis**. New Brunswick: Rutgers /The State University of New Jersey, 1993.

SANTOS, M.; et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

8.7. SEGURANÇA DOS TERRITÓRIOS

Aspectos das políticas públicas de segurança - as questões de risco e vulnerabilidade social e territorial - articulação com políticas sociais e ambientais, alcance de ações preventivas, o apoio das comunidades, a defesa civil. Conselhos estaduais, municipais e comunitários de segurança. Policiamento comunitário.

Bibliografia Básica:

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BEATO, C. **Crimes e Cidades**. Belo Horizonte: UFMG, 2012

BECK, U. **Sociedade de Risco** – Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

PINHEIRO, P. S.; ALMEIDA, G. A. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

VELHO, G. **Mudança, crise e violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2002.

Bibliografia Complementar

GRAHAM, S. **Cities under siege**. The new military urbanism. London: Verso, 2010.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

WORLD BANK - Independent Evaluation Group (IEG) **Hazards of Nature, Risks to Development, an IEG evaluation of World Bank assistance for natural disasters**. Washington: WB, 2006.
<http://www.worldbank.org/ieg/naturaldisasters/docs/natural_disasters_evaluation.pdf>

8.8. CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DA SEGURANÇA

Conceitos básicos e fundamentos de cartografia, Geoprocessamento, Sistemas de Informação Geográfica (SIG), topografia e sensoriamento remoto, Sistema de Posicionamento Global (GPS); Escala, representação e projeções cartográficas (Geóide, Datum, elipsóide, UTM); Modelo de dados espaciais; Tipos de dados: Raster e vetor; Fontes de dados ; Coleta de dados; Entrada e conversão de dados; Tratamento e análise de dados (Operações entre planos de informação, Análise de redes, Geocodificação por endereço); Modelo Numérico de Terreno; Geração e edição de mapas temáticos. Cadastro técnico multifinalitário e informação territorial.

Bibliografia Básica:

BRASIL. CONCAR. **Usos da Cartografia**. <<http://www.concar.ibge.gov>>.

IBGE. **Noções Básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

MIRANDA, J. I. **Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas**. Brasília: Embrapa, 2005.

SILVA, A. B. **Sistemas de informações geo-referenciadas: conceitos e fundamentos**. Campinas: UNICAMP, 1999.

Bibliografia Complementar:

BURROUGH, P. A.; MCDONNELL, R. A. **Principles of geographical information systems**. New York: Oxford, 1998.

DEMMERS, M. N. **Fundamentals of geographic information systems**. New York: J.Wiley & Sons, 2002.

MARTINELLI, M. **Mapas de geografia e cartografia temática**. São Paulo, Contexto, 2003.

TEIXEIRA, A. L. A.; CHRISTOFOLETTI, A. **Sistemas de Informação Geográfica: Dicionário Ilustrado**. Ed. HUCITEC: São Paulo, 1997.

8.9. MÉTODOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE DE INFORMAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO

Métodos e técnicas para a utilização de sistemas de informação, técnicas de análise de dados e de avaliação de desempenho de alternativas de projetos e políticas públicas, modelos e estudo de cenários para planejamento estratégico e de tomada de decisão. Tipo de informação e dados disponíveis para planejamento territorial; combinação de análises quantitativas e qualitativas; principais bancos de dados e indicadores; manuseio e cruzamento de dados georeferenciados; regressão linear: princípios, pressupostos e análise de resultados; o uso regressão linear múltipla na análise de dados: princípios, técnicas e análise de resultados; ferramentas de tomada de decisão. Apresentação de informações quantitativas.

Bibliografia Básica:

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COLIN, E. C. **Pesquisa Operacional: 170 aplicações em estratégia, finanças, logística e produção**. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

SILVA, A. de B. **Sistemas de informações Geo-referenciadas: conceitos e fundamentos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

Bibliografia Complementar:

CRESWELL, J. W. **Research design: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches**. UK: Sage Publication INC. 2009.

FIELD, A. **Descobrimos a estatística usando o SPSS**. Edição digital: ARTMED, 2009.

SAATY, T. L.; VARGAS, L. G. **Decision Making with the Analytic Network Process: Economic, Political, Social and Technological Applications with Benefits, Opportunities, Costs and Risks**. Springer. 2006.

TUFTE, E. **Envisioning Information**. Cheshire, CT: Graphics Press. 1990.

ZOPOUNIDIS, C.; PARDALOS, P. M. **Handbook of Multicriteria Analysis**. London New York: Springer Heidelberg Dordrecht. 2010.

8.10. OFICINA DE PLANEJAMENTO PARA ÁREAS URBANAS

Exercícios práticos de elaboração de diretrizes de planejamento urbano para cidade pequenas e médias, objetivos e alcance do planejamento urbano. Elaboração de diagnósticos e propostas de planejamento urbano. Planejamento de municípios de pequeno e médio porte: uso e ocupação do solo; instrumentos de política urbana. Metodologia de coleta e tratamento de dados para produção de análise, diagnóstico, prognóstico e diretrizes de planejamento. Políticas setoriais e suas articulações.

Bibliografia Básica

DÉAK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.

HALL, P. **Cidades de amanhã**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

COSTA, G. M.; MENDONÇA J. G. (org.). **Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

Bibliografia Complementar

BRASIL, Ministério das Cidades. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Cadernos Ministério das Cidades, nº 1. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

HARVEY, D. O Trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Espaço & Debates**, nº 6, jun/set 1982. São Paulo, Cortez Editora /NERU, 1982.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaços e Debates**, nº 6, Jul/set 1982. São Paulo, Cortez Editora /NERU, 1982.

VILLAÇA, F. Uma Contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: Déak, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.

8.11. OFICINA DE PLANEJAMENTO PARA ÁREAS RURAIS

Evolução das ações de planejamento com base nos arranjos e recortes do meio rural no quadro nacional e internacional. Meio rural e características para o planejamento e para as políticas. Organização sócio-produtiva no meio rural. Marco conceitual, metodológico, normativo e técnico de política rural. Histórico do planejamento no meio rural. Metodologias e práticas em planejamento rural, escalas, métodos e técnicas e contribuições disciplinares. Marcos regulatórios aplicados às políticas do rural. Estudos de caso.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, T. B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. [Online] Disponível em http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Noticias/Attachments/93/volume_12.pdf

BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. F. M. **A Grande Transformação Ambiental: uma Cronologia da Dialética Homem-Natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu/FAPESP, 2007.

Bibliografia Complementar

ABRAMOVAY, R. **Sete desafios para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Fundação Lyndolfo Silva – BNAF, 1999. [Online] disponível em www.bnaf.org.br.

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural - mudança institucional ou "inovação por adição". **Estudos Avançados**. vol. 24 nº 68. São Paulo: 2010.

MARTINE, G.; MUELLER, C. Modernização agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil - a década de 1980. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 3, p. 85-104, 1997.

VEIGA, J. E. *et al.* O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Nead**, Série “Textos para Discussão”, n. 1, ago. 2001, <www.nead.gov.br>. Brasília: MDA, 2001.

SEPULVEDA, S. **Desenvolvimento microrregional sustentável**: métodos para o planejamento local/ Tradução de Dalton Guimarães – Brasília: IICA, 2005 [Online] Disponível em <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/73/Desenvolvimento%20Sustentavel%20Microrregional.pdf>

GALLENT, N.; JUNTTI, M.; KIDO, S.; SHAW, D. **Introduction to rural planning**. New York: Taylor&Francis, 2008 [E-book].

8.12. OFICINA DE PLANEJAMENTO PARA A QUESTÃO AMBIENTAL

Marco conceitual, metodológico, normativo e técnico da política ambiental. Histórico do planejamento ambiental. Metodologias e práticas em planejamento ambiental, escalas, métodos e técnicas e contribuições disciplinares. Recursos naturais, modos de apropriação e regulação. Marcos regulatórios relativos aos recursos naturais. Política Nacional de Meio Ambiente. Políticas setoriais associadas aos recursos naturais. Estudos de caso e atividades práticas.

Bibliografia Básica

ACSELRAD, H.; CAMPELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, R. F. dos (Org.). **Vulnerabilidade Ambiental**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento Ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

Bibliografia Complementar

ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. 1ª ed. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR, 2010.

BUCKINGHAM, S.; TURNER, M. **Understanding Environmental Issues**. London: Sage Publishing, 2008. [E-book]

CRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1999.

DOUROJEANNI, A. **Procedimentos de gestion para el desarrollo sustentable**: aplicado a microrregiones y cuencas. Santiago: CEPAL, 1993.<http://www.redesma.org/docs_portal/dessost.pdf>

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**. Teoria e prática do desenvolvimento. Organizado por Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2007.

SELMAN, P. **Environmental Planning**. The Conservation and Development of Biophysical Resources. London: SagePublishing, 2000.

8.13. OFICINA DE PLANEJAMENTO PARA ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS

Evolução das ações de planejamento com base nos arranjos e recortes regionais no quadro nacional e internacional. Marco conceitual, metodológico, normativo e técnico de política regional. Histórico do planejamento regional. Metodologias e práticas em

planejamento regional, escalas, métodos e técnicas e contribuições disciplinares. Marcos regulatórios aplicados às políticas regionais. Estudos de caso.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, C.A. Desenvolvimento nacional, políticas regionais e o poder de decisão segundo Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Ano 5, nº 7, Rio de Janeiro, 2010. http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109201451280.CD7_0_088_14.pdf

KON, A. (Org.). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

OLIVEIRA, F. de.; CANO, W. A criação da SUDENE. **Cadernos do Desenvolvimento**, Ano 5, nº 7, Rio de Janeiro. Seminário Outubro 2010.

LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. **Brasil século XXI por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2008.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, T. B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil – avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

BENDAVID-VAL, A. **Regional and Local Economic Analysis for Practicioners**. New. York: Praeger Publishers, 1991.

CARTWRIGHT, T. J. **Modeling the world in a spreadsheet**. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1993.

GUIMARAES, L. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: KLOSTERMAN, R. E.; BRAIL, R. K.; BOSSARD, E. G. **Spreadsheet models for urban and regional analysis**. New Brunswick: Rutgers /The State University of New Jersey, 1993.

8.14. OFICINA DE PLANEJAMENTO PARA ÁREAS PERIURBANAS

Exercícios práticos de elaboração de estudos e propostas de planejamento nas áreas periurbanas. Elaboração de diagnósticos e diretrizes de planejamento territorial para os entornos das aglomerações urbanas. Identificação das dinâmicas de organização territorial e seleção de alternativas de planejamento em diferentes escalas.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, T. B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. [Online] Disponível em http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Noticias/Attachments/93/volume_12.pdf

BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. F. M. **A Grande Transformação Ambiental: uma Cronologia da Dialética Homem-Natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu/FAPESP, 2007.

Bibliografia Complementar

ABRAMOVAY, R. **Sete desafios para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Fundação Lyndolfo Silva – BNAF, 1999. [Online] disponível em www.bnaf.org.br.

- ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.
- FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural - mudança institucional ou "inovação por adição". **Estudos Avançados**, vol. 24 nº 68. São Paulo: 2010.
- MARTINE, G.; MUELLER, C. Modernização agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil - a década de 1980. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 3, p. 85-104, 1997.
- VEIGA, J. E. *et al.* *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Nead, Série Textos para Discussão, n. 1, ago. 2001, <www.nead.gov.br>. Brasília: MDA, 2001.
- SEPULVEDA, S. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para o planejamento local/ Tradução de Dalton Guimarães – Brasília: IICA, 2005 [Online]** Disponível em <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/73/Desenvolvimento%20Sustentavel%20Microrregional.pdf>
- GALLEN, N.; JUNTITI, M.; KIDO, S.; SHAW, D. **Introduction to rural planning**. New York: Taylor & Francis, 2008 [E-book].

9. VINCULAÇÃO ACADÊMICA

Este projeto desenvolve-se via Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais (OPTE) da UFT, tendo como laboratório de apoio ao seu desenvolvimento o Laget – Laboratório Geo-Territorial, sediados no campus da UFT do município de Porto Nacional – TO, e com a Diretoria de Tecnologias Educacionais – DTE, vinculada à Reitoria da UFT.

10. COORDENAÇÃO DO CURSO

O Curso conta com coordenação geral e coordenação adjunta. A **coordenação geral** do projeto está sob responsabilidade do **Prof. Dr. Adão Francisco de Oliveira** – pós-doutor e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás, universidade na qual também cursou a Graduação em História (FCHF) e o Mestrado em Sociologia (FCS).

O Professor Adão integra o corpo docente do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UFT – campus de Porto Nacional. Atua como professor e pesquisador nas áreas de Planejamento e Gestão do Território e Desenvolvimento da Educação. É coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado) da UFT/Porto Nacional e do OPTE – Grupo de Pesquisas Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais.

A **coordenação adjunta** do projeto será exercida pelo **Prof. Dr. Idemar Vizolli**, pós-doutor em Educação pela Universidade Estadual do Pará (2020), Doutor em Educação pela UFPR - Universidade Federal do Paraná (2006) e Mestre em Educação pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins, professor e orientador nos Programas de Mestrados Acadêmico e Profissional em Educação na UFT; no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) na Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC); no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (EDUCANORTE) - Associação Plena em Rede; Coordenador estadual da REAMEC. É lotado na DTE/UFT, onde coordena o Curso de Especialização em Gestão Pública UAB/DTE/UFT.

11. ORÇAMENTO

Uma vez que se trata da oferta de um curso para um público específico, há possibilidade de financiamento, que se efetivado, os recursos deverão ser geridos via UFT/FAPTO.

Existe a possibilidade de um financiamento no valor de R\$ 114.500,00, que, se efetivado, inicialmente deverá ser utilizado conforme disposto a seguir.

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)
Professores UFT – Bolsas	1.500,00	9	13.500,00
Professores Externos - Prestação de serviço	4.000,00	5	20.000,00
Coordenação Geral – bolsa	2.800,00	12	33.600,00
Coordenação Adjunta – bolsa	1.500,00	12	18.000,00
Produção de livro e artigos em revistas	8.150,00	1	8.150,00
Participação em eventos (passagens e diárias) - coordenação	10.000,00	---	10.000,00
Restituição institucional	2.090,00	1	2.090,00
Taxa administrativa FAPTO	---	8%	9.160,00
Total	---	---	114.500,00

12. BIBLIOGRAFIA

AESOP. **What is planning**. Disponível em <<http://www.aesop-planning.com/>> Acesso em 8 de novembro de 2010.

CELLA E SANTOS, D. M. P. Análise fenomenológica e o planejamento operacional de polícia. **Revista LEVS/Unesp**, Marília, ano 2014, ed. 14, nov. 2014, p. 20-43.

FERREIRA, A. E. S. C. da S. **Sistemas de gestão de aprendizagem e o professor no século XXI**: uma análise discursiva dos efeitos das tecnologias digitais de informação e comunicação na formação do imaginário docente. 2016. 82 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – PPGPE, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

GEPPERT, A. & COTTELA, G. **Quality Issues in a changing European Higher Education Area**. Reims: Alliance; AESOP, 2010. http://www.aesopplanning.eu/uploads/news/planning_education_2.pdf

HONORATO, H. G.; MARCELINO, A. C. K. B. A arte de ensinar e a pandemia COVID-19: a visão dos professores. **REDE - Revista Diálogos em Educação**, v. 1 n. 1, 2020. Disponível em: <http://www.faculdadeanics.uns.edu.br/ojs/index.php/revistadialogosemeducacao/article/view/39>. Acesso em: 05.01.2021.